

O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 79 - JANEIRO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

CIDADANIA

CNJ estuda ampliar Novos Caminhos para todo Brasil

- Programa capacita adolescentes que integram programas de acolhimento do Estado.
- Desde 2013, 653 jovens de 76 municípios catarinenses já foram atendidos pelo programa.



PÁG. 5

EXECUÇÃO PENAL

**Juizes debatem
crise penitenciária
em Brasília**

PÁG. 4

**Perfil: O Judiciário conta a
trajetória do Desembargador
aposentado Wilson Guarany Vieira**

CONTRACAPA

CARREIRA

**Tribunal de Justiça
empossa 16 novos
Magistrados**

PÁG. 6

EDITORIAL

Novos Caminhos

Foi com imensa satisfação que a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) recebeu a notícia de que o Programa Novos Caminhos pode ser estendido a outros estados da Federação. Em recente visita ao Estado, o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lélío Bentes Corrêa, ficou entusiasmado ao conhecer o programa e, de pronto, anunciou que quer ampliá-lo a nível nacional por meio do CNJ.

Trata-se de justo reconhecimento a uma das mais importantes parcerias entre a Justiça catarinense e a iniciativa privada, que encampou

a ideia – lançada inicialmente pela AMC, em 2013, com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) – e tem dedicado todos os esforços, por meio da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), para garantir que o programa cumpra os seus objetivos.

É justamente esta parceria entre a AMC, TJ/SC e FIESC que tem transformado a realidade e o futuro de adolescentes que se encontram nos abrigos do nosso Estado. Para se ter uma ideia, o Programa Novos Caminhos já atendeu mais de 650 jovens em 76 municípios catarinenses e, destes, 126 já estão inseridos no mercado de trabalho.

O programa, que atualmente

também conta com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), oferece aprendizado téc-

É, portanto, uma iniciativa que prestigia a cidadania e, sobretudo, a dignidade humana

nico e trabalho para jovens a partir de 14 anos que estão sob a tutela do Estado, abrigados em instituições de acolhimento.

O Novos Caminhos oferece prepa-

ração profissional por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), da educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do complemento da educação básica do Serviço Social da Indústria (SESI), que também realiza cursos de prevenção a drogas e álcool e a doenças sexualmente transmissíveis.

A proposta de aliar educação e formação profissional será de fundamental importância para os jovens abrigados, que ao completarem 18 anos são obrigados a deixar as casas de acolhimento, ficando entregues à própria sorte. É, portanto, uma iniciativa que prestigia a cidadania e, sobretudo, a dignidade humana.

CONGRESSO INTERNACIONAL

de

DIREITO

AMC/ESMESC

BRASIL E ARGENTINA:
POR UMA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

28/MARÇO A 2/ABRIL DE 2017

em Buenos Aires

INFORMAÇÕES:

EVENTOS@AMC.ORG.BR

(48) 3231-3011

RESERVAS (TERRESTRE/AÉREO):

CONGRESSO@ACORIANA.COM.BR

(48) 3251-3961

(48) 3251-3965



Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social

Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 79 - Janeiro de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição

Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico

Karina Schovepper

Colaboração

Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGO

Construir presídios?

João Marcos Buch

Juiz da Vara de Execução Penal de Joinville

A partir de uma análise mais aprofundada é possível concluir que a falência do sistema de justiça criminal e penitenciário foi insculpida há algum tempo. Com o recrudescimento das leis, em especial a lei antidrogas, houve uma evolução da taxa de encarceramento no país, que em pouco mais de uma década duplicou o número de detentos, alcançando os atuais 630 mil.

Ao lado disso, pouco se investiu no sistema prisional. Não se falou em valorização dos recursos humanos. Ignoraram-se métodos eficientes de triagem das pessoas presas, passando pela sua manutenção digna dentro de uma cela e nos espaços de trabalho e convivência e terminando com o retorno à liberdade baseado em instrumentos facilitadores de reingresso social.

O governo precisa ouvir a academia e seus pesquisadores, reconhecendo que a simples construção de cadeias, que jamais suprirão a demanda, não reduzirá o índice de criminalidade.

Agora, sofrendo os terríveis reflexos dessas políticas, com crimes contra os direitos humanos a partir do extermínio de presos, fala-se em construir mais cadeias. Para quem como eu pisa no chão da prisão e vê pessoas dormindo com ratos e baratas, em ambientes superlotados e sem acesso a trabalho e estudo, certamente é algo positivo aumentar o número de vagas. Porém, isso nunca será a solução.

O governo precisa ouvir a academia e seus pesquisadores, reconhecendo que a simples construção de cadeias, que jamais suprirão a demanda, não reduzirá o índice de criminalidade.

Os nortes para uma vida coletiva não violenta existem. São políticas de oportunidades iguais aos jovens, com redução das desigualdades econômicas e sociais; é o combate à cultura do encarceramento em massa, com fomento das alternativas penais; a revisão e mudança de rumo da falida guerra contra as drogas, com foco em ações educacionais e de saúde pública permanentes; previsão de pena privativa de liberdade apenas para casos graves de violência contra a pessoa; oferta de condições de vida dentro das prisões, preservando-se a privacidade dos detentos, garantindo-se o acesso ao trabalho, estudo, saúde e manutenção do vínculo com a família; e por fim, o mais importante, há que se respeitar a lei, conforme a Constituição Federal, solidificada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Mais uma coisa: é preciso se indignar com a banalização do discurso do ódio, que não é uma resposta. Com responsabilidade, juntos, podemos acertar o eixo e buscar o salto ético da civilidade. Nosso futuro depende disso.



Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

RELÍQUIAS

O complexo mundo do vinho tem um séquito de seguidores dedicados a temas específicos, verdadeiros colecionadores de pequenos detalhes. Além dos que bebem por simples prazer, há os que guardam as rolhas em grandes recipientes de vidro ou as usam para emoldurar as tábuas das caixas que trazem as marcas pirografadas. Outros guardam os rótulos, às vezes assinados pelos que compartilharam do momento, em álbuns ou quadros. Hoje a maioria utiliza o celular para fotografar as garrafas e assim manter a permanente memória do que beberam.

Um grupo menor, porém, vasculha vinícolas e revendedoras à procura de garrafas velhas e raras, à semelhança dos colecionadores de selos, livros e moedas antigas. Por mero acaso me tornei um destes em pequena escala: há 50 anos venho adquirindo vinhos e algumas garrafas ficaram esquecidas na adega. De repente me dei conta de que possuía algumas com até 40 anos de idade, de países diversos, e fiquei com pena de abri-las. Não valiam mais que a curiosidade, mas coloquei-as num nicho especial a passei a exibi-las aos amigos, que as achavam interessantes e queriam saber a história de cada uma.

Foi o início de uma pequeníssima coleção que me transformou em rato de adegas nos países que pude visitar, onde consegui algumas raridades. Outras me foram presenteadas por amigos e hoje representam para mim verdadeiros tesouros. Minha filha Margarita, há cerca de 20 anos, trouxe-me da Ilha da Madeira um Malmsey da casa Blandy's, da safra de 1845, com pergaminho autenticando a origem e a data. Apesar de minha insistência, recusa-se a declarar quanto pagou. Há três anos estive na citada casa, no Funchal, e perguntei quanto valia. Levei um susto, maior ainda quando o Diretor Christian Blandy (5ª geração dos proprietários), propôs-se a adquiri-la pelo valor da avaliação que arbitrara, pois a safra mais antiga que a casa hoje possui para comercializar é de 1900 (cera de 6 mil euros a garrafa). Na mesma oportunidade minha filha trouxe-me um Terrantez 1969 (ano de seu nascimento), também acompanhado de pergaminho – uma raridade, pois esta uva esteve praticamente extinta na Madeira, tendo sido resgatada com muito esforço na década de 80.

Também da Madeira consegui duas garrafas de Bual 1940, uma das quais ofereci ao meu saudoso amigo e colega de turma Luiz Henrique da Silveira (ambos nascemos nesse ano). A outra continua intacta. Do Porto mantenho uma garrafa de 2000, alusiva aos 500 anos do descobrimento do Brasil. Da Espanha, há alguns anos, meu colega e amigo Des. Lédio Andrade obsequiou-me com dois magníficos Rioja, um de 1948, outro de 1935! O Embaixador Abelardo Arantes Jr., meu velho amigo e colega de faculdade, brindou-me, dentre outras preciosidades, com um Hospice de Beaune 1967 e com um raro Vino del'Inferno. Da vila do Poderoso Chefão, o nobre amigo Esperidião Amin me trouxe uma bela garrafa de Príncipe di Corleone.

Por fim, da ilha da Martinica, o amigo médico e irmão maçom Claude Petit me fez portar uma garrafa de rhum vieux agricole da safra de 1845, da famosa marca J.M. Alguns irmãos de lá me presentearam com um Clément 1952, um La Mauny 1989, comemorativo dos 200 anos da Revolução Francesa, além de outros especiais.

Não faz muito, fui a Braga visitar meu filho Antonio Augusto que cursava mestrado na Universidade do Minho com outros colegas Magistrados. Após percorrermos as caves de Vila Nova de Gaia (dei-lhe um Porto 1972, ano de seu nascimento), retornamos a Braga e fomos a uma garrafeira comprar alguns vinhos. O dono nos mostrou uma garrafa magnum de Porto, da edição comemorativa dos 70 anos do grande craque Eusébio, então recém-falecido. Foram somente 638 garrafas numeradas, em homenagem a seus 638 gols e com todos os rótulos por ele autografados. Meus olhos brilharam, mas o preço era salgado e eu já não tinha mais dinheiro para pagá-la. Com dor no coração deixei-a onde estava, sentindo-me feliz pelo simples gesto de tê-la tocado. No mês seguinte meu filho voltou e entregou-me uma caixa: dentro dele estava aquela garrafa, a de número 80, que hoje, orgulhoso, exibo aos amigos!

Ressalta-se que os vinhos do Porto e da Madeira são fortificados com aguardente vínica no início da fermentação e continuam evoluindo nos tonéis e nas garrafas. Por isso os mais finos podem ter duração superior a 150 ou 200 anos em ótimas condições. A duração dos vinhos de mesa é bem menor, mas excepcionalmente pode chegar a 100 anos. Já os destilados (uísque, rum, cognac, etc.) só evoluem enquanto estão na madeira. Depois de engarrafados permanecem estáveis.

Nenhuma dessas garrafas e de algumas outras não mencionadas foi aberta e acredito que não terei coragem de abri-las. Penso que o prazer de possuí-las e exibi-las aos amigos – não por vaidade, mas pelo que cada uma delas representa no Tempo e na História – é superior ao de bebê-las, ainda que a tentação seja maior do que a de Frei Serapião, a qual, como se sabe, era incomensurável. Algum dia, talvez...

*Desembargador aposentado

CRISE PENITENCIÁRIA

AMB propõe “fórum permanente” de juízes sobre execução penal

Cerca de 30 Juízes das Varas de Execuções Penais de todo o país estiveram reunidos no dia 17/1, em Brasília, para debater a crise penitenciária. O objetivo do encontro foi analisar a estrutura das unidades jurisdicionais, aproximar os Magistrados e trocar experiências sobre as iniciativas individuais promovidas em cada Estado. “Tivemos a oportunidade de conhecer as diferentes realidades. Cada Estado tem suas particularidades e dificuldades, mas as boas práticas precisam ser compartilhadas, daí a importância destes encontros técnicos”, destacou a Juíza da Vara de Execuções Penais de Blumenau e vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Jussara Schittler dos Santos Wandscheer.

Durante o encontro, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) anunciou que pretende organizar, em 90 dias, um fórum para avaliar alternativas para acelerar o andamento de execuções penais.

Ao final do encontro, o presidente da entidade, Jayme Oliveira, reforçou que a gestão dos presídios – e a contenção de rebeliões, fugas e massacres – é tarefa do Executivo, não do Judiciário. “A nossa discussão ficou muito centrada na questão da execução penal, do processo penal. O Judiciário não gere nem administra presídio. Do Poder Judiciário, é o processo de execução penal”, dis-



se, acrescentando que a AMB irá propor mudanças nas leis que regulam esse processo.

Até a realização do fórum, a entidade dos Magistrados pretende montar seis grupos de estudo para fazer diagnósticos e propor melhorias nas varas de execuções penais, na seguinte divisão: estatísticas do sistema carcerário; informatiza-

ção do sistema; estrutura das varas; acompanhamento de projetos de lei; sistema de penas alternativas; e segurança dos magistrados.

De Santa Catarina, participaram, ainda, os Juízes João Marcos Buch (Joinville), Pedro Walicoski Carvalho (Itajaí), Eduardo Passold Reis (Curitibanos) e Paulo Eduardo Huergo Farah (Campos Novos).

ESMESC forma 92 alunos dos Módulos I, II e III

Em solenidade realizada no dia 14/12/2016, no auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC) formou 92 alunos integrantes dos Módulos I, II e III (Residência Judicial). Participaram da mesa de abertura o diretor geral da Escola, Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, a diretora de extensões da entidade, Juíza Andréia Regis Vaz, o Juiz Marcelo Elias Naschenweng, e o Desembargador Saul Steil.

Logo no início, o aluno Vinícius Camargo Borges fez o discurso em nome dos colegas, oportunidade em que agradeceu o apoio dos pais, familiares, professores e também dos colaboradores da ESMESC. Borges dedicou, ainda, algumas palavras de elogio e gratidão ao Juiz e Professor Marcelo Naschenweng, que foi o homenageado da noite. “A tua força e perseverança contagiam a todos nós. Nas nossas vitórias, presentes e futuras, terão sempre muito de você”, ressaltou.

O Magistrado falou aos presentes logo em seguida, quando voltou a destacar a importância de se manter a perseverança como principal virtude para



alcançar os objetivos. “Agradeço comovido pela homenagem e, sobretudo pela convivência. Tenham a certeza de que eu também aprendi muito com todos vocês”, sublinhou.

Por fim, o diretor geral da ESMESC, Juiz Cláudio Regis, destacou o nível das turmas, considerado por ele “acima da média”. “O que leva um grupo tão numeroso de pessoas inteligentes, dedicadas e talentosas a continuarem seus estudos mesmo depois da graduação? Eu penso que é mais do que a realização de um sonho. No fundo, são as nossas

convicções em relação ao Estado de Direito, à democracia, à Justiça e o desejo de construir um país melhor. Não são vocês que precisam de um cargo público. Quem precisa da honestidade, da inteligência, da dedicação, da ética de vocês é o Brasil, é a Justiça”, assinalou.

A ESMESC também entregou certificados de honra ao mérito aos alunos com as melhores médias, entre eles: Módulo I, Graziela Aguiar Ghisi - 9,6; Módulo II, Michelle de Souza Gomes Hugill e Kelly Becker Barbosa - 9,52 (empate).

PARCERIA DE SUCESSO

CNJ quer ampliar Novos Caminhos a nível nacional

Chegar aos 17 anos significa que, em 365 dias, a adolescência termina e a maioridade começa. Enfim, os 18. Idade para o início de uma vida de independência, carteira de motorista, fim da cobrança dos pais. Na maioria dos casos, uma singela utopia, mas para quem chega aos 17 anos vivendo em casas de acolhimento, começa uma contagem regressiva lenta, angustiante e repleta de conflitos. Mas, desde 2013, uma parceria entre a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) tem mudando esta realidade e dando uma nova oportunidade de futuro para estes adolescentes.

Na tarde do dia 16/1, o Programa Novos Caminhos - que já colhe bons frutos, com mais de 650 jovens atendidos em 76 municípios catarinenses e, destes, 126 já inseridos no mercado de trabalho -, foi apresentado ao Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lélío Bentes Corrêa, que estuda a possibilidade do programa ser ampliado a nível nacional por meio do CNJ.

“É muito frustrante para nós, Magistrados, retirar estes jovens de ambientes nocivos para, aos 18, serem lançados à própria sorte. Com o Novos Caminhos nos sentimos realizados ao os vermos encontrarem um futuro profissional e formarem suas próprias famílias”, ressaltou o Desembargador Odson Cardoso Filho, presidente da AMC.

Já a Desembargadora Soraya Nunes Lins, coordenadora estadual da Infância e Juventude (Ceij) do TJ/SC, ressaltou a importância do trabalho em rede. “Tive a oportunidade de estar presente em alguns dos lançamentos do programa em regiões do Estado e foi muito gratificante ver o apoio de toda sociedade, não apenas das autoridades e das



indústrias, mas de toda a comunidade”, pontuou.

O programa, que atualmente também conta com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC), oferece aprendizado técnico e trabalho para jovens a partir de 14 anos que estão sob a tutela do Estado, abrigados em instituições de acolhimento.

O Novos Caminhos oferece preparação profissional por meio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC), da educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do complemento da educação básica do Serviço Social da Indústria (SESI), que também realiza cursos de prevenção a drogas e álcool e a doenças sexualmente transmissíveis.

“Oportunidade é a palavra-chave aqui. Vocês estão dando a primeira oportunidade da vida desses

jovens e eles vão se agarrar a ela, sem dúvida. Em última análise, vocês estão transformando vidas”, destacou o Ministro Lélío Bentes Corrêa.

A reunião contou ainda com a presença do Desembargador Ricardo Orofino da Luz Fontes, da Juíza de 2º Grau e vice-coordenadora da Infância e Juventude Rosane Portella Wolff, da Juíza Ana Cristina Borba Alves, da Desembargadora do Trabalho-Corregedora Maria de Lourdes Leiria, da Desembargadora do Trabalho do TRT de Belém do Pará Maria Zuíla Lima Dutra, da Juíza auxiliar da Corregedoria do CNJ Sandra Silvestre, do Juiz do Trabalho do Paraná Rodrigo Clazer, da Juíza da Infância e Juventude de Rondônia Ana Valeria Queiroz e da Vice-Presidente do TRT-12 Mari Eleda Migliorini. Também estavam presentes os representantes da FIESC Carlos José Kurtz, Natalino Uggioni e Maria Antônia Amboni.



■ **BAILE DE CARNAVAL:** A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) preparou uma programação especial para o carnaval deste ano, em sua Sede Balneária, localizada na Cachoeira do Bom Jesus. No domingo (26/2), a partir das 12h, a entidade promove a 1ª edição da Feijoada e Baile de Carnaval, destinada aos seus associados, familiares e convidados. Já o baile de carnaval terá início às 15h, comandado pela banda Samba Aí. O encerramento está previsto para às 20h.

Os interessados em participar do evento devem confirmar presença junto ao Setor de Eventos da AMC, pelo e-mail eventos@amc.org.br, até o dia 20/2. As camisetas de participação serão entregues gratuitamente aos associados e dependentes no local e dão direito à alimentação e ao consumo de bebidas não alcoólicas (água, refrigerante e suco). O custo para convidados é de R\$ 55 para adultos e R\$ 25 para crianças de 6 a 12 anos. O consumo de bebidas alcoólicas será cobrado à parte de todos os presentes.

■ **EMPRESA AMIGA:** O Programa Novos Caminhos - iniciativa que dá capacitação profissional aos jovens que participam de programas de acolhimento do Estado e que, ao completar 18 anos, precisam deixar os abrigos onde vivem - lançou, no final de 2016, a campanha “Empresa Amiga Novos Caminhos”.

A ideia é sensibilizar os empresários a contribuir com a infraestrutura das casas de acolhimento, onde vivem os jovens participantes do Novos Caminhos. As necessidades estão desde brinquedos até móveis como mesas e cadeiras.

As empresas interessadas podem participar por meio do link: fiesc.com.br/empresa-amiga-novos-caminhos. Os doadores receberão um certificado de empresa amiga, emitido pela FIESC.

CARREIRA

Com homenagem ao Ministro Teori, TJ/SC empossa 16 Juízes



No dia 20/1, 16 Juízes Substitutos foram empossados em solenidade realizada no Tribunal Pleno do TJ/SC. A abertura da cerimônia, conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Torres Marques, prestou uma homenagem póstuma ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, com um minuto de silêncio. O Magistrado morreu na última quinta-feira (19/1), em razão de acidente aéreo, em Paraty, no Rio de Janeiro.

“Jurista de vanguarda, que com simplicidade e fidalguia a todos distinguia, o Ministro Teori deixa um legado que deve servir de exemplo para nossa Magistratura”, registrou o presidente. Coube ao Desembargador Luiz Cezar Medeiros, diretor executivo da Academia Judicial, proferir o discurso de boas-vindas aos novos Magistrados. “Todos aqui já demonstraram tenacidade, garra e vontade de vencer; que nesta nova fase que agora inicia possam lutar diuturnamente contra as vicissitudes que enfrentarão na árdua e bela tarefa de julgar”, destacou.

O Juiz Guilherme Mazzuco Portela, aprovado

na primeira colocação, falou em nome dos empossados. Destacou as privações e provações vencidas para chegar neste momento e alcançar o sonho de, como Juiz, colaborar para uma sociedade mais justa e igualitária. “Ser bom é fácil, o difícil é ser justo”, disse, ao parafrasear o pensador francês Victor Hugo, e apontar os desafios que todos terão ao longo da carreira.

Na oportunidade, a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) entregou a cada um dos empossandos as suas respectivas togas, vestimenta que simboliza e retrata a investidura no cargo de Juiz.

Antes de encerrar a solenidade, o Desembargador Torres Marques fez questão de desejar sucesso aos novos Juízes, a quem classificou de agentes do aperfeiçoamento da democracia. “Ao decidir, o Juiz sinaliza o parâmetro de conduta desejada pela sociedade”, completou. Agradeceu, ainda, o trabalho comandado pelo Desembargador Alexandre d’Ivanenko, presidente da Comissão de Concurso para Ingresso na Magistratura do Estado de Santa Catarina, além dos demais Magistrados e representantes da OAB/SC, que participaram das

várias etapas do concurso, que inicialmente registrou mais de cinco mil candidatos.

Conheça a nominata dos futuros Juízes, por ordem de classificação: Guilherme Mazzuco Portela, 33 anos, natural de Florianópolis/SC; Carolina Cantarutti Denardin, 27 anos, natural de Porto Alegre/RS; Pedro Rios Carneiro, 29 anos, natural de Itajubá/MG; Rafael Resende Brito, 27 anos, natural de Londrina/PR; André da Silva Silveira, 30 anos, natural de São Paulo/SP; Heriberto Max Dittrich Schmitt, 31 anos, natural de Florianópolis/SC; Jean Everton da Costa, 32 anos, natural de Caçador/SC; Aline Vasty Ferrandin, 30 anos, natural de Joinville/SC; Victor Luiz Ceregado Grachinski, 30 anos, natural de Ponta Grossa/PR; Thaise Siqueira Ornelas, 34 anos, natural de Brasília/DF; Felipe Nobrega Silva, 29 anos, natural de Londrina/PR; Renata Pacheco Mendes, 29 anos, natural de São Paulo/SP; Camila Menegatti, 32 anos, natural de Chapecó/SC; Flávia Carneiro de Paris, 27 anos, natural de Caçador/SC; Guilherme Silva Pereima, 33 anos, natural de Florianópolis/SC; Felipe Agrizzi Ferraço, 26 anos, natural de Linhares/ES.

■ **NOTA DE PESAR:** A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em nome dos Juízes e Desembargadores de Santa Catarina, emitiu nota na qual declarou seu profundo pesar em razão do falecimento do Ministro Teori Zavascki, natural deste Estado e integrante do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrido em razão de acidente aéreo, na tarde desta quinta-feira (19/1) em Paraty, no litoral sul do Rio de Janeiro. Zavascki era reconhecido e admirado por seu largo conhecimento jurídico e merecedor do mais profundo respeito por sua sobriedade e equilíbrio no exercício da jurisdição, sendo exemplo e motivo de orgulho para todos os Magistrados catarinenses.

■ **LÍNGUA PORTUGUESA:** A Academia Judicial, em iniciativa conjunta da Seção de Educação a Distância e a Seção de Suporte ao EAD da Diretoria de Tecnologia da Informação, abre 2017 com uma inovação no conhecido Curso de Língua Portuguesa em modalidade a distância, que já teve seis edições. Serão oferecidas vagas em caráter permanente ainda neste 1º semestre.

Uma vez inscrito, dentro do período indicado, o aluno terá acesso imediato ao curso e um prazo de 60 dias para concluí-lo, em horários de livre escolha. Para obter o certificado, que ficará disponível no ambiente virtual, é necessário um tempo mínimo de 21 dias transcorridos desde a inscrição.

RECONHECIMENTO

Experiência das audiências de custódia será compartilhada em Fórum nacional

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), organização sem fins lucrativos que tem por missão atuar como um espaço permanente e inovador de debate, articulação e cooperação técnica para a segurança pública no Brasil, estará em Florianópolis no mês de fevereiro para conhecer de perto a experiência das audiências de custódia realizadas na comarca da Capital.

Desde que assumiu o serviço, em dezembro do ano passado, a Juíza Érica Lourenço de Lima Ferreira, lotada na Unidade do Crime Organizado, registra a realização de, em média, seis audiências por dia. A Magistrada, com o auxílio da Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), imprimiu nova dinâmica aos trabalhos e, sempre que possível e amparada na legislação vigente, adota medidas distintas ao aprisionamento provisório para tratar das pessoas autuadas em flagrante e conduzidas às audiências.

“Muitos deles são moradores de rua que cometem pequenos delitos e que, na verdade, necessitam muito mais de uma atenção social do

que um corretivo penal”, distingue. Seu trabalho já começa a chamar a atenção do país. A experiência com as audiências de custódia na comarca, ainda como projeto piloto, teve início em 1º de setembro de 2015. Florianópolis foi a quarta capital brasileira a instituí-las no país, logo após São Paulo, São Luiz e Vitória.

Nos primeiros oito meses de atuação, atendeu 595 pessoas autuadas em flagrante, das quais 50,08% tiveram a prisão preventiva decretada e 48,92% foram postas em liberdade provisória para responder aos respectivos processos. Em 1º de maio de 2016, em atenção ao que determinou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o projeto ganhou corpo e foi ampliado, com alcance sobre mais 13 comarcas catarinenses, entre elas Joinville, Blumenau, Chapecó, Lages, Itajaí e Criciúma.

A expansão do serviço para todas as 111 comarcas do Estado, segundo projeção do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do TJ, ocorrerá de forma paulatina. Dados do CNJ recentemente divulgados dão conta que, em San-

ta Catarina, durante o ano passado, o índice de audiências que resultaram na manutenção da segregação dos presos alcançou 50,6%. Percentagem levemente inferior ao verificado na média nacional, que atingiu 53% neste mesmo quesito.

As autoridades federais responsáveis pela efetivação das audiências levaram em conta dados estatísticos inequívocos sobre sua importância: o déficit de vagas no sistema prisional brasileiro equivale ao número de presos provisórios nele acolhidos. Além disso, 41% deles acabam absolvidos ao final dos respectivos processos. A manutenção deste contingente - calculado em mais de 600 mil presos no segundo semestre de 2015 - atrás das grades consumia quase R\$ 2 bilhões por mês aos cofres públicos.

A Juíza Érica lança mão também da tecnologia para evitar a prisão provisória como regra em seu cotidiano. Quando cabível, diz, determina a implantação das tornozeleiras eletrônicas como forma de monitorar os passos do cidadão flagrado em ações criminais.



■ **INSTITUCIONAL:** O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Desembargador Odsom Cardoso Filho, recebeu no dia 19/1, na Sede Administrativa da entidade, a visita do presidente da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert) e presidente executivo do Grupo RIC SC, Marcello Corrêa Petrelli.

Também participaram do encontro a Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer (1ª vice-presidente da AMC) e o Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo (diretor do Departamento de Comunicação da AMC). O encontro teve como objetivo aproximar as instituições, bem como tratar de assuntos de interesse comum entre a Magistratura e a Imprensa catarinense.

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO MAGISTRADO WILSON GUARANY VIEIRA

“A esperança do povo ainda é a Justiça”

De um “tempo mais difícil”, como se considera, o Desembargador aposentado Wilson Guarany Vieira recorda como as dificuldades da falta de infraestrutura e de comunicação somaram à sua experiência de magistrado. “Deu tudo certo. Fez parte da vida e da caminhada”, avalia com otimismo, os mais de 50 anos de carreira e dedicação. Com satisfação olha para trás, contempla o que percorreu e, aliviado, sente que cumpriu seu dever.

É com precisão na memória, que ele volta ao ano de 1962, quando foi aprovado no concurso. Momento inesquecível, para quem escolhe esta profissão. Sua primeira comarca, como Juiz Substituto, foi na circunscrição de Tubarão. Junto dele, a esposa e a filha, na época com três anos, sempre o acompanharam. Hoje em dia, a família cresceu. Teve mais um filho, já ganhou netos e bisnetos, mais recentemente.

Durante a carreira precisou enfrentar diversas situações desafiantes. Uma delas, no Sul do Estado, foi com um crime que envolvia uma personalidade da cidade. Como o Delegado não tinha o costume de tomar por termo o depoimento das testemunhas, elas mudavam a declaração a cada momento. “O inquérito só crescia e não se chegava a nenhuma conclusão”, reforça. Quando recebeu o caso, Vieira orientou o Delegado e encaminhou o julgamento. Por fim, conseguiu decretar a prisão dos suspeitos. Mas esse não foi o fim. “Corria pela cidade o boato, que iriam matar o Juiz”, destaca. Para garantir sua segurança, então, ele precisou ser escoltado pela Polícia Militar. Depois de um mês, tudo se acalmou.

Em seguida, Wilson foi transferido para Dionísio Cerqueira, um cidade pequena no Extremo Oeste de Santa Catarina. Chegar

até lá, não foi tão simples. Viajou no avião da Sadia, que carregava passageiros e carga, até Chapécó. Naquele dia chovia muito e, ainda por cima, o combustível da aeronave não era suficiente para chegar no destino. Foi preciso fazer um pouso em Videira, em uma pista pequena e dificultosa, para recolocar o combustível.

Para chegar mesmo, em Dionísio Cerqueira, foi preciso, ainda, andar alguns quilômetros de ônibus. “Com tudo lá dentro: pessoas, charuto, pássaros nas gaiolas, malas, encomendas”, enumera. Sem estrada asfaltada, precisou de 12 horas para chegar. Ele ficou uma hora por ali, na rodoviária. Assim que sentou, chegou perto de mim um “policinha” puxando assunto e dizendo que “ali era um lugar bom para contrabando”. Isso, sem saber que ele era Juiz.

A cidade, que não tinha energia elétrica e nem telefone, oferecia poucos confortos. Para tomar banho, por exemplo, era preciso usar um latão com água quente. “Eu virava bem aos poucos”, explica, ao recordar do medo da lata desamarrar e cair. Já a comunicação era feita, com dificuldade, pelo rádio da polícia.

Um das partes mais delicada foi quando, mordido por uma aranha ou escorpião na perna, precisou de um tratamento especial. Na hora, como não sentiu a picada, não deu tanta importância. Só depois, quando o médico chegou a cogitar em amputar a perna, que estava dura e muito dolorida. “Minha esposa foi muito dedicada. Preciso passar uma noite inteira cuidando do ferimento”, conta. No fim, depois de tomar vários remédios e fazer o tratamento, conseguiu recuperar os movimentos do membro.

Outro episódio desafiante que precisou enfrentar foi em Braço do Norte. O salário era pago pon-



tualmente pela senhora da coletoria da região, mas como ele julgou uma causa em que ela estava envolvida e não foi favorável ao seu lado, ela ficou por dois meses sem efetuar o pagamento. “Precisei ir até o Tribunal, em Florianópolis, para resolver minha situação”, conta, achando graça.

De lá, passou pela Comarca de Palhoça, antes de chegar no Fórum da Capital. Exatamente depois de 20 anos como Juiz de 1º Grau, Wilson foi eleito como Desembargador, em 1982. No Tribunal de Justiça autou sempre na terceira Câmara de Direito Civil, onde, inclusive, foi presidente. Chegou a ser corregedor geral de Justiça, foi vice-presidente do TJ e assumiu temporariamente a presidência, algumas vezes.

Nesse período, chegou a ser presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no contexto de transição para o voto eletrônico. Por isso, viajou para o Rio de Janeiro e São Paulo para acompanhar eleição eletrônica. Sua principal marca, foi a fundação do Colégio dos Presidentes, órgão que reúne os representantes

de todo os tribunais, para tratar de assuntos em comum.

“Na minha época não existia a facilidade de hoje com a internet. A gente levava 10 livros para casa, às vezes, para poder estudar”, considera. Para ele, atualmente, é mais fácil de decidir, é mais rápido. “Mas, por outro lado, as demandas estão maiores”, contrapõe.

Ao analisar a sociedade, sobretudo a políticas, Wilson acredita que as relações estão muito marcadas pelo descaso e a corrupção. “A politicagem de hoje deixa muito a desejar, já que o interesse pessoal está acima do coletivo e o objetivo é apenas continuar no poder”, justifica. Para ele, como consequência, o povo espera muito do Poder Judiciário. “A esperança do povo ainda é a justiça”, resumiu. E concluiu: “Por isso temos que ter um judiciário forte e independente”.

Para o Magistrado, é a agitação do cotidiano, nos tempos atuais, que dá a sensação da vida passar ligeiro demais. “O tempo voa e parece que foi ontem tudo começou”, assusta-se.